



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Plenário
- 3.2 - Comissões

4 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

5 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA EM 18/6/2014

Presidência do Deputado Sargento Rodrigues

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os deputados:

Agostinho Patrus Filho - André Quintão - Antonio Lerin - Duilio de Castro - Durval Ângelo - Fábio Cherem - Fred Costa - Gilberto Abramo - Inácio Franco - Leonardo Moreira - Mário Henrique Caixa - Marques Abreu - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Sargento Rodrigues) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as deputadas e os deputados para a extraordinária de terça-feira, dia 24, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada nesta edição.).

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/6/2014

Às 9h45min, comparecem na Câmara Municipal de Ubá os deputados Vanderlei Miranda, Paulo Lamac e Doutor Wilson Batista, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Doutor Wilson Batista, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a política de prevenção e combate ao uso de *crack* e outras drogas no Município de Ubá e região e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Nilo Marques Martins Júnior, juiz de Direito da Vara Criminal, da Infância e da Juventude da Comarca de Ubá, agradecendo o convite para participar de audiência pública e justificando sua ausência. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Eulália Guilhermino, secretária de Desenvolvimento Social de Ubá, representando o prefeito municipal desse município; Rosângela Maria Alfenas de Andrade, presidente da Câmara Municipal de Ubá; Thereza Rachel D'Ávila Riani Lana, promotora de justiça da Comarca de Ubá; e os Srs. Vinícius Samôr de Lacerda, vice-presidente da Câmara Municipal de Ubá e presidente da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras



Drogas da Câmara Municipal de Ubá; Ten.-Cel. PM Lúcio Mauro Campos Silva, comandante do 21º Batalhão de Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, de Ubá; Rafael Gomes de Oliveira, delegado Antidrogas e Homicídios, representando o delegado regional de Polícia Civil de Ubá; Bruno Fernandes Torres Lana, promotor de justiça da Comarca de Ubá; Wellington Antônio Vieira, presidente da Federação de Comunidades Terapêuticas Evangélicas do Brasil – Feteb –, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Em seguida, concede a palavra aos deputados Paulo Lamac e Doutor Wilson Batista para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.184/2014, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG e ao comandante do 1º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais moção de aplauso à Maj. PM Elisângela Aldrin Cota Ramos, Comandante da 5ª Cia de Polícia de Belo Horizonte, pela ação efetiva de combate à criminalidade, notadamente ao tráfico de drogas na Praça Raul Soares e imediações;

nº 10.185/2014, dos deputados Paulo Lamac, Vanderlei Miranda e Doutor Wilson Batista, em que solicitam seja realizada reunião no Município de Uberlândia para debater, em audiência pública, a política de prevenção e combate ao uso do *crack* e outras drogas naquele município e região;

nº 10.186/2014, dos deputados Vanderlei Miranda, Paulo Lamac e Doutor Wilson Batista, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social pedido de providências para que seja elaborado estudo de viabilidade para implantação de uma unidade de cumprimento de medida socioeducativa no Município de Ubá, onde foram identificados cerca de 100 adolescentes em situação de risco, haja vista que o município já possui imóvel destinado para esse objetivo;

nº 10.187/2014, dos deputados Vanderlei Miranda, Doutor Wilson Batista e Paulo Lamac, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Casa Civil do Estado pedido de providências para que o Município de Ubá e região seja incluído nos programas Fica Vivo, Poupança Jovem e Centro de Referência da Juventude;

nº 10.188/2014, dos deputados Vanderlei Miranda, Paulo Lamac e Doutor Wilson Batista, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Civil pedido de providências para que sejam enviados ao Município de Ubá e região os novos policiais militares admitidos em concurso público a fim de incrementar o efetivo policial que é insuficiente para o atendimento da população do município;

nº 10.189/2014, dos deputados Vanderlei Miranda, Doutor Wilson Batista e Paulo Lamac, em que solicitam seja encaminhado à Subsecretaria Estadual de Políticas sobre Drogas pedido de providências para que seja realizado estudo de viabilidade para credenciamento e adesão de comunidades terapêuticas de Ubá e região ao cartão Aliança pela Vida.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de junho de 2014.

Vanderlei Miranda, presidente - Marques Abreu - Elismar Prado.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/6/2014

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Liza Prado (substituindo o deputado Rômulo Veneroso, por indicação da Liderança do BAM) e os deputados Célio Moreira, Gustavo Corrêa e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o deputado Duarte Bechir, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Horácio Figueiredo, chefe de gabinete da Agência Nacional de Águas - ANA - prestando informações relativas ao Requerimento de Comissão nº 9.542/2014, desta comissão, do Sr. Léo Burguês de Castro, presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, publicado no *Diário do Legislativo* em 30/5/2014. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: em turno único Projeto de Lei nº 5.203/2014 (deputado Duarte Bechir), e no 1º turno Projeto de Lei nº 4.743/2013 (deputado Gustavo Corrêa). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O presidente faz retirar da pauta o Projeto de Lei nº 962/2011 no 2º turno por não cumprir pressupostos regimentais. Retira-se da reunião o deputado Gustavo Corrêa. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.197/2011 na forma do Substitutivo nº 2 e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Célio Moreira); e 4.834/2014 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva, em virtude de redistribuição). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.055/2014, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a situação das capivaras na região da Pampulha, em Belo Horizonte;

nº 10.059/2014, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para que se manifeste acerca da solicitação da Câmara Municipal de Lima Duarte para substituir a diretoria do Parque Estadual de Ibitipoca;

nº 10.257/2014, do deputado Célio Moreira, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, os impactos ambientais possivelmente causados pela expansão das atividades da mineradora South American Ferro Metals - SAFM - em Itabirito.

São recebidos pela presidência para posterior apreciação os seguintes requerimentos:

nº 10.255/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada reunião para debater, com a presença da Sra. Carla Aparecida Nunes, representante da comunidade Mato Grosso, no Município de Itaúna, o suposto funcionamento irregular de pocilga mantida pela empresa Beneficiamento Fonseca Ltda. próxima à citada comunidade;

nº 10.256/2014, do deputado Gilberto Abramo, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, as obras de desassoreamento da Lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2014.

Duarte Bechir, presidente - Luzia Ferreira - Gustavo Corrêa.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/6/2014

Às 10h42min, comparecem na Sala das Comissões o deputado Sebastião Costa (substituindo o deputado Cássio Soares, por indicação da Liderança do BTR), membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater os avanços e os desafios da conscientização e regulamentação legislativa sobre o autismo e a discutir e votar proposições da comissão. Após breve período de suspensão, a deputada Liza Prado reabre os trabalhos e, a seguir, comunica o recebimento de ofícios do Sr. André Menegotto, chefe de gabinete do ministro do Trabalho e Emprego, publicados no *Diário do Legislativo*, em 30/5/2014 e 29/5/2014. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Gabriela Cintra Januária, coordenadora de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência, representando o Sr. José Geraldo de Oliveira Prado, secretário de Estado de Saúde; Kátia Ferraz Ferreira, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Conped; Denise Martins Ferreira, psicóloga, representando o Sr. Roberto Chateaubriand Domingues, presidente do Conselho Regional de Psicologia; Cynthia de Lima Prata Abi Habib, assessora jurídica da Associação dos Amigos do Autista - AMA; Maria Teresa Alves Gatti, vice-presidente da Associação de Pais e Amigos das Pessoas com Deficiência de Belo Horizonte; Laura Beleza Rocha, chefe de gabinete, representando o Sr. Leonardo Mattos, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Maria Cristina Abreu Domingos Reis, coordenadora de Direitos da Pessoa com Deficiência da Prefeitura de Belo Horizonte; Fabiana Cruzelina, do Município de Ribeirão das Neves; e os Srs. Marcelo Aro, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Cairo Eduardo Rezende Borges, vereador da Câmara Municipal de Ponte Nova, que são convidados a tomar assento à mesa. Após considerações iniciais, a presidência concede a palavra ao deputado Sebastião Costa, também autor do requerimento que deu origem ao debate. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária a ser realizada no dia 11/6/2014 às 14h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2014.

Liza Prado, presidente - Pompílio Canavez - Sebastião Costa.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/6/2014

Às 9 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Durval Ângelo, Rômulo Viegas e Sebastião Costa, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Sebastião Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater violações de direitos humanos em decorrência da situação em que se encontram os antigos barraqueiros em torno do Mineirão, a apreciar a matéria da pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Sra. Vanessa Grazziotin, procuradora especial da mulher no Senado Federal, informando as competências dessa procuradoria e sugerindo a este parlamento a criação desse órgão. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Ana Lúcia Almeida Gazzola, secretária de Educação; Elisa Smaneoto, diretora de gestão interna do gabinete pessoal da Presidenta da República; Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil; e do Sr. José Geraldo Sales, superintendente Regional da CEF (5/6/2014); das Sras. Ana Lúcia Almeida Gazzola, secretária de Educação; Maria Luisa Crivellaro Fidência, vereadora da Câmara Municipal de Jacutinga (6/6/2014). A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Sílvia Corradí, pesquisadora do programa Cidade e Alteridade da Faculdade de Direito da UFMG; e os Srs. Geraldo Flávio Vasques, procurador-geral de justiça adjunto, representando o Sr. Carlos André Mariani Bittencourt, procurador-geral de justiça do Estado; Ronaldo Araújo Pedron, assessor-chefe de Articulação, Parceria e Participação Social do governo do Estado; Ernani Francisco Pereira, membro da Associação dos Barraqueiros da Área Externa do Mineirão, que são convidados a tomar



assento à mesa. O presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A presidência retira de pauta o Projeto de Lei nº 4.948/2014, no 2º turno, de autoria do deputado Rogério Correia, por não cumprir os pressupostos regimentais. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.279/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a greve dos trabalhadores em educação do Município de Contagem e as decorrentes violações de direitos fundamentais;

nº 10.280/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja realizada reunião destinada à audiência pública para dar continuidade ao debate sobre a situação em que se encontram os antigos barraqueiros em torno do Mineirão, especialmente diante da violação de direitos humanos sofridas por esses trabalhadores;

nº 10.281/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita sejam encaminhadas a todos os convidados da 13ª Reunião Ordinária desta comissão, realizada em 11/6/2014, as notas taquigráficas dessa reunião, que teve por finalidade debater sobre as violações de direitos humanos em decorrência da situação em que se encontram os antigos barraqueiros em torno do Mineirão;

nº 10.282/2014, dos deputados Rogério Correia e Paulo Guedes, em que solicitam sejam encaminhadas ao Conselho Nacional de Justiça, à Corregedoria do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, à Defensoria Pública de Minas Gerais e ao Sr. Mário Idalmo, desembargador do TJMG, as notas taquigráficas da 23ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 10/6/2014, em Montes Claros, com a finalidade de debater a liminar de despejo e reintegração de posse do terreno ocupado por mais de 500 famílias no Bairro Santa Cruz nesse município;

nº 10.283/2014, dos deputados Rogério Correia e Paulo Guedes, em que solicitam seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 23ª Reunião Extraordinária desta comissão, para rever a prisão de Carlos Araújo Fonseca, José Antônio Ribeiro e Marcos Vinícius Pereira Rodrigues, detidos na Penitenciária Jaraguá, em Montes Claros, devido à manifestação realizada no fórum dessa comarca contra a reintegração de posse do terreno ocupado por mais de 500 famílias no Bairro Santa Cruz, nesse município;

nº 10.284/2014, dos deputados Rogério Correia e Paulo Guedes, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria da Fazenda de Montes Claros e ao prefeito desse município pedido de informações, acompanhado das notas taquigráficas da 23ª Reunião Extraordinária desta comissão, sobre a regularidade do terreno localizado na Avenida João XXIII, atrás do Posto São Geraldo, no Bairro Santa Cruz/Jardim Brasil, no que diz respeito à quitação do imposto predial territorial urbano;

nº 10.285/2014, dos deputados Rogério Correia e Paulo Guedes, em que solicitam seja encaminhado ao prefeito municipal de Montes Claros pedido de informações sobre o interesse da administração municipal no terreno localizado na Avenida João XXIII, atrás do Posto São Geraldo, no Bairro Santa Cruz/Jardim Brasil, inclusive se há intenção de desapropriá-lo para fins de incorporação ao patrimônio público ou para transformá-lo em zona especial com vistas à habitação social;

nº 10.286/2014, dos deputados Rogério Correia e Paulo Guedes, em que solicitam seja encaminhado ao Ministério das Cidades e à Caixa Econômica Federal pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 23ª Reunião Extraordinária desta comissão, para incluir, com prioridade, no programa Minha Casa Minha Vida as famílias retiradas do terreno localizado na Av. João XXIII, atrás do Posto São Geraldo, no Bairro Santa Cruz/Jardim Brasil, no Município de Montes Claros, por força de liminar de reintegração de posse em junho de 2014;

nº 10.289/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado ao Sr. Luiz Alberto Figueiredo Machado, ministro das Relações Exteriores; às Sras. Ideli Salvatti, ministra-chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Júnia Soares Nader, procuradora-chefe do Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais; aos Srs. Márcio Melo Franco Júnior, defensor público chefe da Defensoria Pública da União em Belo Horizonte; Eduardo Prates Octaviani Bernis, secretário de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social; à Sra. Andréa Abritta Garzon, defensora pública-geral do Estado de Minas Gerais; aos Srs. Edmundo Antônio Dias Netto Junior, procurador regional dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal; Diego de Oliveira Silva, defensor público da União; à Sra. Nivia Mônica da Silva, promotora de justiça coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos; ao Sr. Silvio Braz da Silva, secretário municipal de Direitos e Cidadania de Contagem; às Sras. Gláucia Brandão, secretária municipal de Políticas Sociais; Rosângela da Silva, coordenadora de Promoção de Igualdade Racial da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; ao Sr. Roberto Mauro de Souza Cruz, secretário municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social de Esmeraldas; às Sras. Ana Cláudia da Silva Alexandre, defensora pública; Maria Albanita Roberta de Lima, subsecretária de Assistência Social da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, e Maria Juanita Godinho Pimenta, subsecretária de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas e de documento apresentado por haitianos na 22ª Reunião Extraordinária desta comissão, a fim de garantir aos imigrantes que vivem no País acesso a direitos fundamentais de trabalho, moradia, educação e saúde;

nº 10.292/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado à Sra. Dalva Estela Leite do Nascimento, coordenadora do Centro de Referência em Direitos Humanos Pauline Reichstul; ao Sr. Duval Fernandes, professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; a Dom Walmor Oliveira de Azevedo, arcebispo metropolitano de Belo Horizonte; à Sra. Luciana Pereira Lorenzi e Roseme Dazulmé, membros do Centro Zanmi; ao Sr. William dos Santos e à Sra. Delze dos Santos Laureano, respectivamente presidente e membro da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Minas Gerais - pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas e de documento apresentado por haitianos na 22ª Reunião Extraordinária desta comissão, a fim de garantir aos imigrantes que vivem no País acesso a direitos fundamentais de trabalho, moradia, educação e saúde;



nº 10.293/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado à Presidência da República, ao Ministério das Relações Exteriores, ao Ministério do Trabalho e Emprego, à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, à Sra. Júnia Soares Nader, procuradora-chefe do Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais e ao Sr. Márcio Melo Franco Júnior, defensor público chefe da Defensoria Pública da União em Belo Horizonte, pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas e de documento apresentado por haitianos na 22ª Reunião Extraordinária desta comissão, a fim de garantir aos imigrantes que vivem no País acesso a direitos fundamentais de trabalho, moradia, educação e saúde.

Registra-se a presença do deputado Rogério Correia. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para as reuniões extraordinárias a serem realizadas às 14 e 20 horas nesta data com a finalidade de apreciar os Projetos de Lei nº 3.769 e 4.948/2014, ambos no 2º turno, e a discutir e votar proposições da comissão; determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2014.

Durval Ângelo, presidente - Duarte Bechir - Pompílio Canavez.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/6/2014

Às 14h1min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Jayro Lessa, Gustavo Corrêa, Duarte Bechir (substituindo o deputado Zé Maia, por indicação do BTR) e Leonídio Bouças (substituindo o deputado Adalclever Lopes, por indicação do Bloco Minas sem Censura), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Jayro Lessa, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicado no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Eduardo Antônio Codo Santos, subsecretário do Tesouro Estadual (29/5/2014), e Alberto Pinto Coelho, governador do Estado (6/6/2014). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Mensagem nºs 654/2014 (deputado Lafayette de Andrada) em turno único; e Projetos de Lei nºs 74/2011 (deputado Zé Maia); 865, 1.000 e 1.902/2011 e 1.197/2013 (deputado Lafayette de Andrada); 1.680/2011 (deputado Adalclever Lopes); 3.074/2012 (João Vítor Xavier); 992/2011 (deputado Ulysses Gomes) e 4.588/2013 (deputado Romel Anízio) no 1º turno. Suspende-se a reunião. Às 18h38min são reabertos os trabalhos com a presença dos deputados Zé Maia, Adalclever Lopes, Ulysses Gomes e Tiago Ulysses, membros da supracitada Comissão. Estão presentes também os deputados Luiz Henrique e Gilberto Abramo. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. São retirados da pauta o Projeto de Lei Complementar nº 59/2014 e o Projeto de Lei nº 4.891/2014 por haver sido apreciados em reunião anterior, e os Projetos de Lei nºs 4.455, 4.468, 4.470, 4.496, 4.505, 4.518, 4.587, 4.628, 4.739/2013 e 4.868, 4.875, 4.899, 4.957, 4.981, 5.158, 5.159, 5.187 e 5.234/2014 por não cumprir pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 62/2014 e dos Projetos de Lei nºs 1000 e 1.475/2011; 3.031, 3.123, 3.141 e 3.403/2012; 4.018, 4.257, 4.295, 4.410, 4.665, 4.673/2013; 5.077, 5.093, 5.094, 5.133 e 5.213/2014 (relator: deputado Zé Maia) e 4.403/2013 (relator: deputado Tiago Ulysses) todos na forma do vencido no 1º turno; 1.902/2011; 2.995/2012; 4.243, 4.296, 4.297, 4.303, 4.519/2013; 4.982 e 5.200/2014 (relator: deputado Zé Maia); 1.022/2011 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno (relator: deputado Zé Maia); 4.134/2013 na forma do Substitutivo nº 1 (relator:deputado Tiago Ulysses). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, e para as reuniões extraordinárias do próximo dia 16, às 14 e às 20 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de junho de 2014.

Jayro Lessa, presidente - Agostinho Patrus Filho - Duarte Bechir - Gustavo Valadares - Vanderlei Miranda.

ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/6/2014

Às 14h2min, comparece na Sala das Comissões o deputado Durval Ângelo, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater a greve dos trabalhadores em educação do Município de Contagem e as decorrentes violações de direitos fundamentais e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência passa a ouvir as Sras. Beatriz da Silva Cerqueira, presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT-MG; Sueli Cristina da Rocha, coordenadora do Sind-Ute - subsede Contagem; e os Srs. Jairo Nogueira Filho, secretário-geral da CUT-MG e coordenador-geral do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais e dos Trabalhadores na Indústria de Gás Combustível de Minas Gerais; Gilberto Antônio Soares, coordenador executivo da Central Sindical e Popular - CSP - Conlutas, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência tece suas considerações iniciais e, logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2014.

Durval Ângelo, presidente.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 24/6/2014****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase**(das 16h15min às 18 horas)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 316/2011, do deputado Célio Moreira, que institui o Dia Estadual de Combate e Prevenção à Trombose. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.585/2013, do deputado Cabo Júlio, que institui a Semana do Profissional de Segurança Pública com Necessidades Especiais. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.841/2014, do deputado Cabo Júlio, que institui o Dia do Policial Militar Aviador, a ser comemorado, anualmente, no dia 26 de agosto. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.022/2011, do deputado Leonardo Moreira, que estabelece normas para o fornecimento, por estabelecimento comercial, de sacola plástica ao consumidor. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.344/2013, da deputada Ana Maria Resende, que acrescenta o inciso XIII ao art. 3º da Lei nº 11.666, de 9 de dezembro de 1994. A Comissão da Pessoa com Deficiência opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.351/2013, do deputado Antônio Carlos Arantes, que altera a Lei nº 19.583, de 17 de agosto de 2011. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.455/2013, do deputado Braulio Braz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Machado o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.496/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Monte Belo o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.505/2013, do deputado Gustavo Valadares, que dá nova redação à Ordem 87 a que se refere o anexo da Lei nº 12.995, de 30 de julho de 1998. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.518/2013, do deputado Gustavo Valadares, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição do Mato Dentro o trecho rodoviário que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.568/2013, do deputado Duílio de Castro, que reconhece Cordisburgo como a Capital Mineira da Cultura. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.587/2013, do deputado Luiz Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Couto de Magalhães de Minas os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.628/2013, do governador do Estado, que altera o art. 1º da Lei nº 16.648, de 5 de janeiro de 2007, e revoga a Lei nº 20.830, de 1º de agosto de 2013. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.



Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.655/2013, do deputado Braulio Braz, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 20.566, de 20 de dezembro de 2012. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.719/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Rio Pomba o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.739/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Dom Cavati o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.827/2014, do governador do Estado, que altera a lei Delegada nº 31, de 28 de agosto de 1985. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.868/2014, do deputado Inácio Franco, que concede prazo ao donatário do imóvel de que trata a Lei nº 19.451, de 11 de janeiro de 2011. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.875/2014, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Caputira o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.899/2014, do deputado Sebastião Costa, que autoriza o Poder Executivo a alterar a finalidade do bem doado ao Município de Cataguases pela Lei nº 14.381/2002. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.957/2014, do deputado Sávio Souza Cruz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Esmeraldas o imóvel que menciona. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.981/2014, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sete Lagoas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 5.158/2014, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piranga o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 5.159/2014, do governador do Estado, que autoriza a Ruralminas a alienar por meio de venda, ao Município de Chapada Gaúcha, os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 5.187/2014, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piranga o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 5.234/2014, do deputado Zé Maia, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santa Vitória o trecho que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 378/2011, do deputado Célio Moreira, que acrescenta parágrafo ao artigo 2º da Lei nº 15.435, de 11 de janeiro de 2005. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 438/2011, do deputado Célio Moreira, que dispõe sobre a afixação de placas em cartórios sobre a isenção das taxas de emolumentos cartorários, dispostos nas Leis nºs 12.461, de 1997, e 13.643, de 2000 e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.055/2011, do deputado Dinis Pinheiro, que classifica a visão monocular como deficiência visual. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão da Pessoa com Deficiência opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.037/2012, do deputado Antônio Carlos Arantes, que inclui o acometido da Síndrome de Von Recklinghausen (neurofibromatose) no grupo de pessoas com deficiência. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão da Pessoa com Deficiência opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.183/2013, do deputado Cabo Júlio, que altera os incisos I e II do art. 1º da Lei nº 5.874, de 11/5/1972. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.401/2013, do deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Coromandel o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.006/2014, do deputado Durval Ângelo, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Reduto o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.165/2014, do Procurador-Geral de Justiça, que fixa o percentual, relativo ao ano de 2014, para a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado. A Comissão de Justiça



conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Administração Pública.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 24/6/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 5.136/2014, do deputado Tadeu Martins Leite; e 5.155/2014, do deputado Gustavo Valadares.

Requerimento nº 8.153/2014, da deputada Liza Prado.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 24/6/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 7.930 a 7.938/2014, do deputado Ivair Nogueira; 7.978 e 7.979/2014, do deputado Tony Carlos; 7.994/2014, do deputado Ulysses Gomes; 8.054/2014, do deputado Duarte Bechir; 8.098 e 8.099/2014, do deputado Fábio Cherem; 8.121/2014, da deputada Liza Prado; 8.136 a 8.138/2014, do deputado Tony Carlos; e 8.155/2014, do deputado Fábio Cherem.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 24 de junho de 2014, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 316/2011, do deputado Célio Moreira, que institui o Dia Estadual de Combate e Prevenção à Trombose; 378/2011, do deputado Célio Moreira, que acrescenta parágrafo ao artigo 2º da Lei nº 15.435, de 11 de janeiro de 2005; 438/2011, do deputado Célio Moreira, que dispõe sobre a afixação de placas em cartórios sobre a isenção das taxas de emolumentos cartorários, dispostos nas Leis nºs 12.461, de 1997, e 13.643, de 2000 e dá outras providências; 1.022/2011, do deputado Leonardo Moreira, que estabelece normas para o fornecimento, por estabelecimento comercial, de sacola plástica ao consumidor; 1.055/2011, do deputado Dinis Pinheiro, que classifica a visão monocular como deficiência visual; 3.037/2012, do deputado Antônio Carlos Arantes, que inclui o acometido da Síndrome de Von Recklinghausen (neurofibromatose) no grupo de pessoas com deficiência; 4.183/2013, do deputado Cabo Júlio, que altera os incisos I e II do art. 1º da Lei nº 5.874, de 11/5/1972; 4.344/2013, da deputada Ana Maria Resende, que acrescenta o inciso XIII ao art. 3º da Lei nº 11.666, de 9 de dezembro de 1994; 4.351/2013, do deputado Antônio Carlos Arantes, que altera a Lei nº 19.583, de 17 de agosto de 2011; 4.401/2013, do deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Coromandel o imóvel que especifica; 4.455/2013, do deputado Braulio Braz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Machado o imóvel que especifica; 4.496/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Monte Belo o imóvel que especifica; 4.505/2013, do deputado Gustavo Valadares, que dá nova redação à Ordem 87 a que se refere o anexo da Lei nº 12.995, de 30 de julho de 1998; 4.518/2013, do deputado Gustavo Valadares, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição do Mato Dentro o trecho rodoviário que especifica; 4.568/2013, do deputado Duílio de Castro, que reconhece Cordisburgo como a Capital Mineira da Cultura; 4.585/2013, do deputado Cabo Júlio, que institui a Semana do Profissional de Segurança Pública com Necessidades Especiais; 4.587/2013, do deputado Luiz Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Couto de Magalhães de Minas os imóveis que especifica; 4.628/2013, do governador do Estado, que altera o art. 1º da Lei nº 16.648, de 5 de



janeiro de 2007, e revoga a Lei nº 20.830, de 1º de agosto de 2013; 4.655/2013, do deputado Braulio Braz, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 20.566, de 20 de dezembro de 2012; 4.719/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Rio Pomba o imóvel que especifica; 4.739/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Dom Cavati o imóvel que especifica; 4.827/2014, do governador do Estado, que altera a lei Delegada nº 31, de 28 de agosto de 1985; 4.841/2014, do deputado Cabo Júlio, que institui o Dia do Policial Militar Aviador, a ser comemorado, anualmente, no dia 26 de agosto; 4.868/2014, do deputado Inácio Franco, que concede prazo ao donatário do imóvel de que trata a Lei nº 19.451, de 11 de janeiro de 2011, que autoriza o Instituto Estadual de Florestas - IEF - a doar ao Município de Pará de Minas o imóvel que especifica; 4.875/2014, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Caputira o imóvel que especifica; 4.899/2014, do deputado Sebastião Costa, que autoriza o Poder Executivo a alterar a finalidade do bem doado ao Município de Cataguases pela Lei nº 14.381/2002; 4.957/2014, do deputado Sávio Souza Cruz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Esmeraldas o imóvel que menciona; 4.981/2014, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sete Lagoas o imóvel que especifica; 5.006/2014, do deputado Durval Ângelo, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Reduto o imóvel que especifica; 5.158/2014, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piranga o imóvel que especifica; 5.159/2014, do governador do Estado, que autoriza a Ruralminas a alienar por meio de venda, ao Município de Chapada Gaúcha, os imóveis que especifica; 5.165/2014, do Procurador-Geral de Justiça, que fixa o percentual, relativo ao ano de 2014, para a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado; 5.187/2014, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piranga o imóvel que especifica; e 5.234/2014, do deputado Zé Maia, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santa Vitória o trecho que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 23 de junho de 2014.

Dinis Pinheiro, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os deputados Jayro Lessa, Adalever Lopes, João Vítor Xavier, Lafayette de Andrada, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 24/6/2014, às 14h45min e às 20 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 2º Turno dos Projetos de Lei nºs 4.401/2013, do deputado Zé Maia, 4.428/2013, do governador do Estado, 5.006/2014, do deputado Durval Ângelo, 5.165/2014, do Procurador-Geral de Justiça, e os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 1.197/2011, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, 4.936/2014, do governador do Estado, 4.972/2014, do deputado Lafayette de Andrada, 5.110/2014, do deputado Célio Moreira, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 23 de junho de 2014.

Zé Maia, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Nos termos regimentais, convoco os deputados Almir Paraca, Cássio Soares e Gil Pereira, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 24/6/2014, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 2º Turno dos Projetos de Lei nºs 1.055/2011, do deputado Dinis Pinheiro, 1.818/2011, do deputado Fábio Cherem, e 3.037/2012, do deputado Antônio Carlos Arantes, de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 4.802/2013, do deputado Célio Moreira e 5.168/2014, do deputado Dilzon Melo, de votar o Requerimento nº 8.255/2014, da deputada Liza Prado, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 23 de junho de 2014.

Liza Prado, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Nos termos regimentais, convoco os deputados Almir Paraca, Cássio Soares e Gil Pereira, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 24/6/2014, às 20 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 2º Turno dos Projetos de Lei nºs 1.055/2011, do deputado Dinis Pinheiro, 1.818/2011, do deputado Fábio Cherem, e 3.037/2012, do deputado Antônio Carlos Arantes, de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 4.802/2013, do deputado Célio Moreira, e 5.168/2014, do deputado Dilzon Melo, de votar o Requerimento nº 8.255/2014, da deputada Liza Prado, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 23 de junho de 2014.

Liza Prado, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Águas

Nos termos regimentais, convoco os deputados Zé Maia, Dalmo Ribeiro Silva, Pompílio Canavez e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 27/6/2014, às 9h30min, na Escola Estadual D. Maria Carlos da Mota, situada na Rua Machado de Assis, 165, em Miravânia, com a finalidade de debater, com a presença de convidados, a preservação das nascentes do município e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 23 de junho de 2014.

Almir Paraca, presidente.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 18/6/2014, a seguinte comunicação:

Do deputado Sávio Souza Cruz notificando o falecimento da Sra. Antônia Rocha Silva, ocorrido em 12/6/2014, em Curvelo. (- Ciente. Oficie-se.)



CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

- O 1º-secretário despachou, em 18/6/2014, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Alexandre Pires de Lima, diretor da Secretaria-Geral e do Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópia do acórdão relativo à decisão prolatada na Auditoria Operacional nº 862615, do voto que o fundamenta e do inteiro teor do relatório elaborado pela Comissão de Auditoria Operacional. (- À Comissão de Saúde.)

Dos Srs. André Luiz Barbosa Carvalho, procurador da Claro S.A., e Leandro Guerra, relações institucionais da Tim Celular S.A., encaminhando informações que comprovam o atendimento de compromissos assumidos com a CPI da Telefonia. (- Anexe-se ao Relatório Final da CPI da Telefonia.)

Do Sr. Djalma Bastos de Morais, presidente da Cemig, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.745/2014, do deputado Elismar Prado.

Do Sr. Eduardo Francisco Lovato Bianco, promotor de justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.271/2014, da Comissão de Direitos Humanos.

Da Sra. Eliane Bahruth, chefe da Assessoria Extraordinária de Coordenação dos Grandes Eventos Esportivos, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.348/2014, da deputada Liza Prado.

Do Sr. Francisco Henrique Otoni de Barros, chefe da Seção de Fiscalização do Trabalho (substituto) da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.247/2013, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Marcio A. de Lacerda, prefeito municipal de Belo Horizonte, agradecendo o apoio da Casa à Lei Municipal de Apoio ao Cooperativismo.

Do Sr. Marcos Antônio Borges, executivo de relações institucionais da Oi, prestando informações relativas ao requerimento da Comissão de Defesa do Consumidor encaminhado pelo Ofício nº 1.515/2014/SGM.

Da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil (6), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 6.630 e 7.789/2014, da Comissão de Direitos Humanos; 7.434, da Comissão de Participação Popular; 7.842 e 7.843/2014, da Comissão de Segurança Pública; 7.868 e 7.878/2014, da Comissão de Política Agropecuária.

Da Sra. Renata Vilhena, secretária de Planejamento, encaminhando o *Relatório de Avaliação dos Programas do PPAG* para o exercício de 2013. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Sérgio de Castro Moreira dos Santos, promotor de justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.946/2014, da Comissão de Direitos Humanos.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASEMBLEIA

Na data de 16/6/2014, o Sr. Presidente, nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Alexandre Magalhães de Moraes do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

exonerando Gustavo Lemos Ferreira da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Alexandre Magalhães de Moraes para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando José Hilton Pereira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.